



# GATIMOR - Gabinete dos Assuntos de Timor

AV. DUQUE DE LOULÉ, 90, R/C. - DTO. - 1000 LISBOA

TELEFONE 57 74 51

Ano: 1981

Nº: 4

Data: Mês de Fevereiro

## INFORMAÇÕES

Neste número pode ler:

- I - Testemunhos vivos - Mais uma carta que chega do inferno de Timor
- II - Ponto da situação
- III - Portugal tolerou a invasão — provam documentos, por JILL JOLLIFFE
- IV - Para meditar... e registar...
  - 1 - S.S. o Papa João Paulo II e Timor
  - 2 - Timorenses forçados a optar entre o Catolicismo e o Islamismo
  - 3 - Entregar Timor pacificamente
- V - Notícias... Factos... Opinião...
  - 1 - Prossegue a resistência em Timor
  - 2 - Muitos dos "implicados" no dez de Junho continuam presos em Dili
  - 3 - Ataúro, Lira e Aler transformadas em ilhas-prisões
  - 4 - O flagelo da fome continua a pairar sobre Timor
  - 5 - Raparigas timorenses violadas por soldados indonésios
  - 6 - Foi morto o "liurai" de Railaco
  - 7 - Presos de uma só vez 1.000 timorenses
  - 8 - Timorenses chegam à Austrália procedentes da Indonésia.

TODAS AS NOTÍCIAS, INFORMAÇÕES OU DOCUMENTOS PUBLICADOS NESTE BOLETIM NÃO CARECEM DE AUTORIZAÇÃO PARA A SUA TRANSCRIÇÃO OU DIVULGAÇÃO. ----

MAIS UMA CARTA QUE CHEGA DO INFERNO DE TIMOR

"15/1/1981

Amigo...

Saúde e boa disposição. Eu e os meus como sempre.

Agradeço-te os postais que me enviaste... Retribuo-te, embora tardiamente, o que me desejava.

Entraste para a barca do evangelho e a barca começou a navegar, jamais voltarás atrás, isto do espiritual negro. Assim, para teu governo e para que faças mais qualquer coisa por nós, aqui vai a nossa prenda de 81: fomos despedidos... a partir de 1/1/81 e não tarda sermos privados de, à custa do nosso suor, angariarmos meios para a nossa subsistência, visto podermos vir a ser abrangidos pela lei da permanência dos estrangeiros aqui. Em 31/7/79, como sabes, fomos para a rua, cerca de 400 funcionários; desesses, meses depois, voltaram a trabalhar, cerca de 182; destes 182, em face de um esclarecimento na KONI, em 22/12/80, pelo Sekilda, no qual foi dito que, os funcionários estrangeiros que mudassem de nacionalidade até 31/12/80, continuariam ao serviço e receberiam os aumentos de vencimentos e subsídios especiais concedidos, tudo em cerca de 200% de aumento, e, os que não mudassem, seriam despedidos a partir de 1/1/81, sem direito à percepção dos aumentos que já foram vencidos e que poderiam vir a ficar abrangidos pelas leis a que estão sujeitos os estrangeiros (impossibilidade de exercer qualquer ramo de negócio ou actividade; não empregar em firmas particulares, sem prévia autorização do Governo; sujeição de taxas e impostos e demais alcavalas que já sabes como são). Como consequência, alguns por necessidade de sobrevivência e outros, infelizmente, por fraqueza de espírito e por ganância do dinheiro (um aumento de 200%!!!) abraçaram a nova nacionalidade cerca de 80. Os restantes foram para a rua. Estamos anteendo um fim triste e negro, se vocês se não mexerem daí e depressa. Estamos em vias de sermos despedidos dos nossos empregos a partir de 1/1/81 e outras ocupações que datam do anterior (porque os chuis, muito cedo mesmo, já começaram a farejar a coisa pela cidade — lojas e firmas empreiteiras); de sermos corridos das casas do Estado em que habitamos; de sermos proibidos de transaccionar propriedades indiscutivelmente nossas; de sermos cobertos pelo manto das taxas e dos impostos, etc., etc.. Já pedimos a ajuda do nosso Rev. Bispo no sentido de conseguir que os governantes tenham, pelo menos, um pouco de compaixão e que nos não matem à fome. Ainda não sabemos o resultado. Ao tempo da ocupação japonesa, os portugueses que aqui se encontravam, viviam em campo de concentração e recebiam do seu governo dinheiro para a sua subsistência, além de terem as suas hortas onde trabalhavam, vigiados, claro, mas que lhes davam mais qualquer coisa. Não podemos nós agora sermos assistidos pelo nosso governo, nesta altura em que a situação se agrava, enquanto se não **procederem** as saídas? A quem mais poderemos <sup>bater</sup> ir/a porta se não resultou a diligência do Sr. Bispo? A Cruz Vermelha e os Católicos nada podem fazer por nós, sem haver um pedido do nosso Governo. Teremos de vaguear, de boca aberta, pelas ruas da amargura? Dormir em baixo das árvores? Estender as mãos à caridade? Isto para não pensarmos em coisas piores.

Caro..., já o nosso Presidente Eanes, em jornais dos últimos meses do ano passado, manifestou o desejo de libertar prisioneiros timorenses. Oxalá que essa libertação seja para os primeiros meses deste ano. Que Deus lhe conceda saúde, o proteja e lhe abra o coração, de forma a olhar por nós, pelos que ao longo de cinco anos ainda lhe continuam a dar prova insofismável do verdadeiro portuguesismo, sacrificando tudo, inclusivamente a educação e formação dos filhos. Ditosa Pátria que tais... Confiamos no nosso Governante e esperamos que Ele faça qualquer coisa por nós neste momento...

(...)

Termino com um forte abraço, do teu amigo..."

NOTAS: . KONI — Centro desportivo;

- . Skilda — Secretário Geral do Governo de Timor, actualmente, Coronel Sinnaga. É o homem forte da "província", da linha dos oficiais que planearam o extermínio do Povo de Timor. Esteve em Moscovo, onde seguiu um curso de acção psicológica e de serviços secretos. É amigo sincero e protector dos antigos membros da APODETI e dirigentes da FRETILIN que ocupam, agora, os melhores lugares na administração da chamada 27ª província de Timor Timur.

COMENTÁRIOS: - Continua a perseguição movida aos funcionários da antiga administração portuguesa, de acordo com os bons ou maus humores das actuais autoridades de Dili. Na verdade, segundo certas fontes, Jacarta estaria alheia às estranhas e desconcertantes decisões das autoridades de Dili, as quais põem em causa a sobrevivência de muitos milhares de pessoas. Porém, mais grave do que a sua expulsão dos cargos que ocupavam é a proibição que sobre esses funcionários impede de poderem exercer qualquer actividade lucrativa, mesmo por conta própria. É uma decisão por si mesma prepotente e violadora dos mais elementares direitos humanos. Para se ter uma ideia do verdadeiro alcance desta situação e do seu sentido mais profundo nas implicações que apresenta, vejamos nos seus traços essenciais os factos com ela relacionados.

1 - Em 31/7/79, quando o governo de Dili decidiu exercer represálias contra essas pessoas, foram de uma só assentada despedidos cerca de 400 funcionários. O decreto que tornava efectiva tal decisão foi assinado pelo actual Governador de Timor, Guilherme Gonçalves, mas o texto foi preparado pelo todo-poderoso Secretário Geral, Coronel Sinnaga.

2 - Essa decisão discriminativa foi rapidamente denunciada no mundo exterior, o que levou o Governo de Jacarta a determinar a sua imediata suspensão e a readmissão de todos os funcionários suspensos.

3 - No entanto, segundo refere agora o autor da carta, dos cerca de 400 funcionários despedidos foram readmitidos 182, tendo ficado excluídos mais de 200!

4 - Desses 182 funcionários que foram readmitidos, e ainda de acordo com o autor da carta, apenas cerca de 80 (20%) aceitaram, até 31/12/80, a nacionalidade indonésia.

5 - A peso de promessas e de ouro (tal é o caso dos aumentos propostos de mais de 200%!!!), o actual governo de Dili procura comprar as consciências e vergar os mais fracos, sem conseguir realizar satisfatoriamente os seus intentos. É que todos estão convencidos de que o actual governo de Timor raramente cumpre com as promessas que faz e, quando as cumpre, fá-lo somente na medida em pode igualmente certificar-se de que compra as consciências e a liberdade das pessoas.

6 - A propósito, recorde-se a resposta que uma verdadeira mulher timorense houve por bem dar ao marido, quando este em momento de aflicção e fraqueza quis aceitar as condições impostas pelo actual governo de Timor. Disse-lhe com altivez:

— Se tu queres vergar-te a essas aviltantes condições e deixar a tua verdadeira nacionalidade para aceitara nacionalidade indonésia, então, veste tu as minhas saias e eu passo a vestir as tuas calças, se não sabes ser homem!

O mais importante a reter e que não deve ser subestimado neste dramático caso dos antigos funcionários da administração portuguesa é que ele representa por si mesmo um acto de autodeterminação e, como tal, constitui um dos aspectos da resistência timorense. Ela poderá ser esmagada pela actual clique que governa Timor, mas não podem deixar de ser denunciados todos os actos ou prepotências que procurem obrigar os timorenses a optar por uma nacionalidade que nunca foi a sua nem pela qual tiveram uma opção livremente feita. Por isso, apelamos a todas as organizações humanitárias nacionais e a todos os meios de comunicação que contribuam para alertar a opinião pública nacional portuguesa para a necessidade de o Estado português, através dos órgãos do poder constituídos, promover imediatamente todos os actos diplomaticos julgados necessarios para a defesa dos direitos violados em Timor.

Dentre os funcionarios demitidos, contam-se alguns a quem foram oferecidos cargos dos mais importantes como: directores de serviços, deputados em Jacarta e mesmo o lugar de Governador e Vice-Governador.

Por último, considerando que cada um desses funcionários pode ter a seu cargo uma média de dez pessoas, conclui-se que estão nessa crítica situação cerca de 4.000 indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades.

Neste número de "Informações", dá-se um justificado relevo ao artigo publicado recentemente, no Semanário "Expresso", e assinado pela jornalista Jill Jolliffe.

Este facto deve-se às revelações que o artigo contém sobre as manobras dos bastidores feitas com vista a permitir a anexação de Timor pela Indonésia. Declara-se inclusivamente que tal anexação prevista com suficiente tempo de antecedência seria conseguida, quer pacificamente quer de modo sangrento.

Assim, examinando os dados do problema, facilmente se reconhece que o MFA optou primeiramente pela via da anexação pacífica. A criação e o apadrinhamento pelo MFA da APODETI (Associação Popular de Timor) teria como objectivo dar cobertura política a essa alternativa. Porém, desde muito cedo, chegou-se à conclusão de que o Povo de Timor não poderia aceitar pacificamente a anexação na Indonésia. A partir deste facto, pode-se presumir que se optou deliberadamente pela via sangrenta. E tanto mais parece plausível tal hipótese quanto a partir dela melhor se poderá tecer o encadeamento dos acontecimentos que se seguiram.

Naturalmente, a hipótese da anexação por via sangrenta traz à ribalta a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), em cujos quadros dos mais proeminentes se contavam não só antigos informadores da ex-PIDE/DGS como também membros de outras polícias secretas. Aqueles, quer porque denunciados não tinham liberdade de escolha quer ainda porque manipulados, prestaram-se para uma comédia de radicalismo propício a uma eventual intervenção por parte da Indonésia, o que de facto veio a acontecer. Os últimos constituem as únicas pedras conscientes de um processo maquiavélico que tinha como fim calar e tornar incosequentes, pelo menos perante o Ocidente e o Mundo cristão, as aspirações de liberdade do Povo de Timor, cerceando-lhe o direito à autodeterminação. Compreende-se agora que, a cerca de cinco anos depois do início da guerra em Timor, só tenham sobrevivido esses mesmos homens, quando há notícias seguras de terem perecido pelo menos 200.000 a 300.000 timorenses.

Compreende-se também melhor agora que o MFA tenha tido papel preponderante na criação da Fretilin, organização que viu os seus militantes e quadros guindados a oficiais do Exército português, como o cabo miliciano Rogério Lobato passado à disponibilidade que foi chamado especialmente para ser graduado em alferes miliciano e que teria posteriormente um papel tão decisivo na subordinação dos soldados timorenses àquela formação dita política. Nada espanta agora também que o Sr. Coronel Lemos Pires e os Srs. Majores Jónatas e Mota fossem eles próprios os principais promotores de reuniões, viagens de contacto, manifestações, comícios e até comunicados feitos em nome da Fretilin...

Recorde-se que a UDT, em princípios de 1975, insurgindo-se contra o Coronel Lemos Pires e os Majores Mota e Jónatas, disse textualmente que a melhor forma de integrar Timor seria apoiar a APODETI ou a FRETILIN.

Mas, sem entrar para já em profundidade na análise das consequências dessa denúncia pública que, antes de chegar a Portugal, começou por aparecer em jornais e publicações da Austrália, E.U.A. e Inglaterra, convém desde já retirar dela todas as razões políticas para uma acção imediata.

1 - A FRETILIN não tem como não teve nunca legitimidade para se arrogar o direito de única representante do Povo de Timor. Continuar a fazê-lo seria contribuir deliberadamente para perpetuar as manobras dos bastidores que conduziram o nosso Povo à actual situação.

2 - As autoridades indonésias não têm mais legitimidade para agitar o fantasma do perigo comunista, nem por via da FRETILIN nem por via da Resistência, porquanto uma e outra são realidades bem diferentes e distintas.

A Fretilin foi apenas um punhado de fantoches comandados ou subjugados por títeres desconhecidos. Pelo contrário, a Resistência é apenas e eminentemente nacionalista e nada mais, pelo que ela permanece e permanecerá para além do desaparecimento da FRETILIN.

3 - Os governos directamente responsáveis pela trágica descolonização de Timor deverão reconhecer o seu erro político e assumir o correspondente dever moral, perante os povos que representam, de sanar os terríveis traumas causados a um pequeno povo que apenas quis ser diferente e igual a si próprio e tinha direito e razões suficientes para o conseguir pacificamente sem interferências estranhas.

4 - Os órgãos de soberania do Estado português deverão dar cumprimento integral ao estatuído no artº. 307º da Constituição.

O Comunicado que o Governo da Aliança Democrática divulgou em Setembro de 1980 constitui neste momento o único plano de acção concertada que concretiza no plano prático o que a lei fundamental preceitua. Por esse facto, deverá ser urgentemente posto em prática.

5 - É imoral que algumas forças continuem a conceder apoio político e moral a determinados "Movimentos" sem qualquer representatividade dentro da pequena mas consciente Comunidade timorense. Tais factos só poderão contribuir para criar uma aparente imagem de divisão no seio da própria Comunidade, com os efeitos e talvez com as intenções latentes na criação quer da APODETI quer da FRETILIN.

6 - A ONU cumpriu até agora integralmente a sua missão na defesa dos direitos de Timor. Seria imoral que, ano após ano, a questão de Timor fosse discutida na IV Comissão e na Assembleia Geral da ONU, sem que haja a correspondente boa vontade das potências directamente envolvidas em resolverem o problema, cuja solução só e unicamente delas depende agora como desde o início do processo de descolonização.

São estes os parâmetros que nortearão de hoje em diante a nossa acção sempre mais determinada, lúcida, coerente e sempre mais eficaz para o futuro.

Dada a sua importância, transcrevemos, com a devida vénia, do Semanário Expresso, no seu número de 7-2-81, um artigo assinado pela jornalista Jill Jolliffe, subordinado àquele título muito polémico.

Em 1975, tropas da Indonésia atacaram Dili e anexaram o antigo território português de Timor-Leste. Os invasores agiram na certeza de que tinham o apoio velado da Grã-Bretanha, da Austrália e dos Estados Unidos. Quanto a Portugal, pensou-se durante algum tempo que as autoridades de Lisboa, ao tempo de Costa Gomes e Vasco Gonçalves, tinham sido apanhadas em completa surpresa - talvez devido à existência de uma explosiva situação interna.

Puro engano. Documentos diplomáticos revelados na Austrália e na Grã-Bretanha demonstram que Portugal teve conversações secretas com os indonésios e que estes sabiam que a posição de Lisboa à invasão de Timor-Leste era, pelo menos, equívoca.

São tais documentos que estão no centro deste artigo de Jill Jolliffe.

EM NOVEMBRO último, o governo australiano suspendeu a publicação dos dois principais jornais diários do país, o "Melbourne Age" e o "Sydney Morning Herald". Agentes da Commonwealth Police, uma força de segurança nacional, apresentaram-se nas sedes daqueles jornais com ordens legais para a proibição da publicação de extractos do livro "Documentos sobre a Defesa e a Política Externa Australiana 1968-1975", de George Munster e Richard Walsh, que deviam sair em edições dos dois jornais. Foi o primeiro acto de censura praticado na Austrália, em tempo de paz, durante este século.

Esta susceptibilidade por parte do governo foi provocada pelo facto de o livro de Munster e Walsh constituir principalmente em telegramas secretos e confidenciais dos ministérios da Defesa dos Negócios Estrangeiros. Muitos deles diziam respeito a Timor-Leste, expondo as decisões governamentais de apoiar a anexação daquele território por parte da Indonésia, quer pacificamente, quer usando a força.

Cópias piratas da obra proibida foram em breve postas a circular. Em Inglaterra, o "New statesman" publicou as partes do livro que denunciam a cumplicidade do governo britânico nessa invasão (ver artigo de Teresa Guerreiro "Londres e Washington foram cúmplices da invasão da Indonésia de Timor-Leste", EXPRESSO 5/12).

Através da censura, o livro atingiu uma fama que talvez nunca tivesse conseguido, chamou a atenção para os bastidores da actuação de três superpotências ocidentais - Austrália, Grã-Bretanha e E.U.A. - sobre a invasão da ex-colónia portuguesa de Timor.

Em 1975, quando a maior parte dos telegramas foram escritos, o governo australiano rejeitou publicamente o argumento de que, como vizinho mais próximo de Timor-Leste, deveria tomar parte activa no destino do território. Nesta base, rejeitou igualmente uma proposta portuguesa no sentido de contribuir para a manutenção da paz, fornecendo tropas para uma força regional destinada a restaurar a ordem durante a guerra civil.

No entanto, a agitação dos diplomatas australianos, britânicos e norte-americanos, em vésperas da invasão indonésia, desmente, de uma vez por todas, o alegado desinteresse evidenciado por aqueles países na questão de Timor-Leste. Pelo contrário, os documentos provam que, na última metade de 1975, decorreram em Jakarta discussões diplomáticas de grande alcance. O embaixador americano, Douglas Newsom, advertiu os indonésios de que se fossem usadas armas americanas na invasão de Timor, o assunto poderia tornar-se objecto de inquérito no Congresso dos Estados Unidos. Os indonésios utilizaram de facto armas americanas, e, desde então, a invasão de 1975 tornou-se objecto de audições no Congresso.

#### Reunião em Londres

É evidente que a expressão de tais preocupações decorre mais de uma "realpolitik" do que dos Direitos Humanos, e o livro de Munster e Walsh mostra a cínica disposição das potências ocidentais de sacrificar a população de Timor-Leste em favor do apoio ao presidente Suharto da Indonésia como um baluarte contra o comunismo no Sudeste Asiático.

Um dos aspectos dos documentos proibidos para os quais ainda não foi chamada a atenção é aquele que diz respeito à atitude do Governo português em relação a Timor-Leste. Os telegramas referem-se ao período entre Maio e Agosto de 1975, durante o qual vigoraram o 4º e o 5º governos provisórios presididos pelo general Vasco Gonçalves. Esses telegramas mostram em primeiro lugar que o governo indonésio contou, com ou sem fundamento, com um certo grau de acomodação por parte dos portugueses aos seus planos. Em segundo lugar, as análises dos serviços informativos indonésios sobre a situação de Timor eram aparentemente alteradas por uma grave falta de informação sobre a situação política em Portugal.

A primeira referência significativa à atitude portuguesa em relação a Timor encontra-se num dossier etiquetado de "segredo", preparado por funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos Don Willesee para ser utilizado numa reunião com os seus colegas do tratado ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e E.U.A.), em Abril de 1975, poucos meses antes da guerra civil em Timor. O documento relatava o seguinte: "Conversações secretas entre os indonésios e os portugueses tiveram lugar em Londres, no princípio de Março. Estas conversações parecem ter satisfeito os indonésios, com as garantias portuguesas de que não haveria uma imediata proclamação de independência (do tipo daquela que teve lugar em Moçambique)..."

Os indonésios vêm assim cumprir-se o seu objectivo de incorporação do território através de uma acção de autodeterminação de influência indonésia e crêem, provavelmente com razão que os seus esforços velados para atingir aquele fim foram facilitados por Portugal.

#### Major português impedido de entrar

Em Julho de 1975, Richard Woolcott, embaixador australiano em Jakarta, enviou um telegrama ao seu Ministério em Camberra, relatando que um funcionário da Embaixada britânica, Gordon Duggan, visitara Timor durante aquele mês e escrevera um relatório ao seu embaixador. O embaixador britânico, Sir John Archibald Ford, enviou uma cópia do relatório à Embaixada australiana, juntamente com uma carta na qual dizia que, na opinião do embaixador de Jakarta, a Grã-Bretanha deveria apoiar a invasão indonésia a Timor. Constituiu um factor importante nesta decisão o argumento de que embora não houvesse qualquer evidência de influência quer chinesa quer soviética em Timor-Leste, a influência

crecente do PCP no governo português poderia fazer aumentar as hipóteses de uma infiltração soviética.

Em 11 de Agosto de 1975 o golpe da UDT em Timor alterou toda a situação política. Na altura da mensagem seguinte, igualmente marcada "secreta", a UDT detinha o poder em Dili e não rebentara ainda a guerra civil que se seguiu às represálias da FRETILIN contra a UDT. A Indonésia hesitava entre conter-se ou intervir. Os diplomatas estrangeiros iludiam-se com a situação, mas testavam as várias possibilidades. O governo português designou o major António Soares como enviado especial a Timor, mas este foi impedido de entrar no território por funcionários indonésios em Bali.

#### Suharto e Costa Gomes

Em 17 de Agosto de 1975, o embaixador australiano teve conversações com o Encarregado de Negócios português, dr. Girão, o embaixador soviético (Kuznetsov) e o ministro da Defesa indonésio, general Panggabean. No dia 18 falou também com o presidente Suharto e o embaixador americano Newson. Encontrara-se anteriormente com o general Yoga Sugama, chefe do BAKIN, o serviço secreto indonésio. O embaixador australiano Woolcott enviou a Camberra, no dia 18 de Agosto, o seguinte relatório: "O presidente Suharto está actualmente firme na sua posição de que a Indonésia não deveria, nesta altura, intervir militarmente na partida portuguesa de Timor. A firmeza com que defende esta posição surpreendeu e...irritou HANKAM (o Ministro da Defesa) e o general Yoga. Tanto o major Soares como o presidente Costa Gomes querem, segundo o dr. Girão, que o Exército português seja retirado de Timor e provavelmente aceitariam um "governo" UDT. O dr. Girão acrescentou que pensava não haver qualquer hipótese de Portugal restabelecer o seu controlo sobre Timor e permanecer tempo suficiente, de forma a permitir que o povo decidisse o seu próprio futuro. Disse ainda que, mesmo antes da acção da UDT, o presidente Costa Gomes considerava inflexível o prazo para a descolonização."

#### Um general inquietante

Quatro dias depois, o embaixador australiano enviou novo relatório para a Austrália, sobre uma conversa havida entre o embaixador americano e o general Yoga Sugama, durante a qual Yoga fez a surpreendente afirmação de que o Partido Socialista estava alinhado com Moscovo e apoiava a UDT enquanto o PCP era pró-Pequim e influenciava a FRETILIN!

Em resposta a isto e no decorrer da referida conversa, o embaixador Newson disse que a opinião dos americanos era a de que os socialistas tinham laços ideológicos com os outros socialistas europeus e não com Moscovo. Disse, ainda, que os recentes resultados eleitorais em Portugal e a tendência generalizada neste país eram de carácter não-comunista. Yoga insistiu que "os socialistas eram pró-Moscovo e os comunistas pró-Pequim".

O Ministério dos Negócios Estrangeiros em Camberra pediu ao seu embaixador em Lisboa que comentasse este relatório e o embaixador B.L. Cooper respondeu que era lamentável uma tal falta de informação sobre a política portuguesa por parte de uma autoridade como Yoga e que "deveria ser ponderada a necessidade de instruir Yoga acerca dos factos da vida política em Portugal. Seria uma tragédia se qualquer decisão crucial referente a Timor fosse baseada em tais falsas promissas".

#### Invasão

Seguiu-se então uma troca de correspondência um pouco "quente" entre as embaixadas de Lisboa e Jakarta, na qual Woolcott declarava que que não lhe competia a ele instruir Yoga, mas sim a Cooper e ao encarregado de negócios português em Jakarta, o qual, registava ele, "esta-



va surpreendentemente inactivo perante a actual situação no seu país e em Timor".

Vários meses depois da troca destes relatórios, as tropas indonésias atacaram Dili, pondo termo ao período de manobras de bastidores e de dúvidas sobre as intenções do presidente Suharto. Neste acontecimento não houve qualquer tentativa de corrigir as opiniões deturpadas de Jakarta sobre a política portuguesa, e os invasores agiram na certeza de que tinham o apoio, velado mas firme, da Austrália, da Grã-Bretanha e dos E.U.A. e que a posição de Lisboa era equívoca.

### - COMENTÁRIOS -

"Informações" divulga com especial relevo o artigo assinado pela jornalista Jill Jolliffe, tomando em linha de conta especialmente três razões. Em primeiro lugar, Jill Jolliffe tem acompanhado muito de perto os acontecimentos em Timor, desde 1975, tendo inclusivamente estado na ilha durante o "governo" da Fretilin. Desde então, as suas posições têm sido de defesa e apoio à linha política veiculada por aquela formação. Pergunta-se: será que a conceituada jornalista conseguiu finalmente captar o essencial da questão e procurar, no futuro, contribuir para uma solução realista que respeite, sobretudo, os direitos Humanos e não as pretensões deste ou daquele grupo em especial?

Por outro lado, o facto de o artigo ter sido publicado nas páginas do "Expresso" não é menos significativo, dado que este conceituado Semanário tem reservado um importante espaço para divulgar opiniões e questões de fundo relacionadas com Timor. Precisamente, o essencial da questão de Timor não está em repetir interminavelmente que o seu Povo continua a lutar e a morrer de fome e doença, mas em saber por que motivo, num processo de descolonização reconhecida e que poderia ser apadrinhada pela própria Comunidade Internacional, tudo descambou numa tragédia.

Por último, o artigo deve constituir o ponto de partida para uma intervenção dos Timorenses na defesa dos direitos do seu Povo e da sua Pátria. Desde o princípio, os Timorenses tiveram tudo a seu favor, porque a sua luta radicava em princípios que estão consignados indelévelmente na Carta das Nações Unidas e nos Direitos do Homem. Porém, a partir de agora, gera-se a dúvida de que as potências não teriam desejado que o Povo de Timor pudesse escolher livremente o seu futuro. Infelizmente, este acto conduziu a consequências terríveis que - pensamos - os melhores analistas não teriam adivinhado que sucedessem.

As violações aos Direitos Humanos devem ser sempre denunciadas, uma vez que eles representam e representarão, para todo o sempre, conquistas da própria Humanidade. Pelo contrário, pactuar com elas seria contribuir para o retrocesso da Humanidade. Por isso, os Timorenses têm todas as razões para continuar a lutar pelos direitos do seu Povo e exigir uma solução que nos mínimos os respeite.

Salvo o devido respeito pela opinião expressa pela autora, pensamos que o chamado "golpe" da UDT, em 11 de Agosto de 1975, não alterou em nada a situação política em Timor. Aliás, basta ler os termos da participação feita pelo então Chefe do Estado Maior da Força Aérea, General Moraes da Silva, em 1976 (ver o nº 003 de "Informações"), para se saber quais os objectivos que essa acção teve em vista. Na verdade, as condições apresentadas ao Governador, se fossem aceites, teriam conduzido a uma real descolonização, evitando o "equivoco" de decisões que pareciam contradizer as declarações expressas em público pelo próprio Governador.

- 1 - JOÃO PAULO II E O "CASO" DE TIMOR - Ao visitar no ano transacto os Estados Unidos da América do Norte, S. S. o Papa João Paulo II foi instado a referir-se à questão do Cambodja, em virtude certamente não só de ser um tema quente nas relações Leste-Oeste mas também dos evidentes efeitos políticos. S.S. o Papa João Paulo II respondeu simplesmente que o faria sim senhor, mas com a condição de lhe ser dada igualmente autorização para também falar do Povo de Timor. Foi assim mesmo que relataram e comentaram o caso com a delegação timorense que se deslocara aos Estados Unidos, acrescentando-lhe muitos outros pormenores que não cabe aqui relatar. No entanto, o essencial do facto como o narramos aqui deixa bem patente a preocupação de S. S. pelo que, então, sabia que se passava em Timor e acerca do qual os jornais diziam simplesmente que era algo de muito pior do que no Cambodja.
- 2 - TIMORENSES FORÇADOS A OPTAR ENTRE O CATOLICISMO E O ISLAMISMO - Nas primeiras semanas após a invasão de Timor por forças indonésias, em 1975, estas fazem a sua entrada triunfal nas faldas das montanhas do interior ericado de cordilheiras e de ribanceiras. Reunida a gente da povoação, fez-se anunciar que vão ser recenseados todos os indivíduos. Cada um deverá indicar o nome, além de outros dados julgados necessários, mas, sobretudo, sobretudo, era essencial a identificação da religião que professava. Imediatamente correu célere um alerta entre as gentes simples da aldeia para que ninguém se identificasse como sendo gentio, porque tal significaria para os senhores ser da Pretilin, isto é ser comunista, pelo que a morte seria certa. As opções possíveis eram apenas duas: ou se inscreviam como católicos ou se diziam islâmicos. Terminado o recenseamento, o resultado foi simplesmente revelador. Numa população em que havia apenas 30% de católicos o censo determinou magicamente que todos eram católicos e nenhum islâmico. Este episódio repetiu-se por todo o Timor e é revelador dos métodos seguidos pelas autoridades indonésias, os quais inspiraram logo desde o princípio o terror das populações.
- 3 - ENTREGAR TIMOR PACIFICAMENTE - Em 1976, um familiar dos 23 militares, supostamente detidos pela UDT, na Indonésia, profundamente desgostoso com a demora de qualquer iniciativa válida para a libertação daqueles militares, após muita insistência, acaba finalmente por ser recebido pelo Senhor General Costa Gomes, no Palácio de Belém. Depois de cerca de uma hora ou mais de audiência, o Senhor General Costa Gomes visivelmente agastado com as argumentações insistentemente apresentadas que batiam sempre no mesmo, dizendo que os militares estavam ilegítimamente detidos, porque era evidente que Timor tinha sido entregue à Indonésia e os timorenses tinham sido injustamente empurrados para a guerra, rematou, levantando-se: — É bem feito, porque Timor era para ser entregue pacificamente... Neste caso tão insólito como, na altura, um verdadeiro quebra-cabeças para muitos, dada a barragem de notícias e informações lançadas para a opinião pública portuguesa, fica demonstrado o que estava na intenção dos mais altos responsáveis da chamada "descolonização exemplar" de Timor. Na mesma altura, o Senhor Major Jónatas chegou mesmo a procurar os familiares dos 23 militares detidos, para lhes afirmar: — Uma solução a considerar para a libertação dos nossos militares presos poderá ser a imediata prisão dos familiares dos homens da UDT que se encontram em Portugal como moeda de troca. É doloroso para nós a revelação destes factos que conservámos no segredo dos deuses, mas, passados cinco anos de guerra, em que o nosso Povo foi submetido a um verdadeiro genocídio, e em que ficou demonstrado que os responsáveis pela "descolonização exemplar" nada mais fizeram do que ludibriar a opinião pública portuguesa com notícias falseadas, não podemos continuar a calar-nos. O Povo português que nos julgue com olhos de justiça...

- 1 - **PROSSEGUE A RESISTÊNCIA EM TIMOR** - Continuam a chegar-nos notícias provenientes de fontes de inteira confiança dando conta de que continuam a verificar-se acções armadas levadas a cabo por forças da Resistência em Timor. Assim, no mês de Outubro do ano findo, por exemplo, um grupo de cinco homens armados da Resistência executaram um ataque com fogo de metralhadora contra um batalhão indonésio, causando um morto às forças de ocupação. Na perseguição que lhes foi movida até Dana-Hae, o grupo da Resistência sofreu um morto, antes de retirar em direcção ao monte Mate-Bian, na zona leste. Nesta zona de Mate-Bian, segundo a mesma fonte, existem cerca de 500 homens armados que constituem um importante núcleo.
- 2 - **MUITOS DOS "IMPLICADOS" NO DEZ DE JUNHO CONTINUAM PRESOS** - Continuam detidos, na prisão de Dili, muitos timorenses acusados de implicação no levantamento de 10 de Junho de 1980. Entre os prisioneiros, conta-se o ex-alferes do Exército português, a quem foi confiado o comando da pequena força deixada em Ataúro pelo Sr. Governador Lemos Pires, antes de abandonar a ilha, em 1975. Ao ex-alferes David fazem companhia outros seus companheiros que até agora nem sequer tiveram a possibilidade de interporem defesa. Entretanto, muitos outros dos seus companheiros foram já sumariamente fuzilados, como o Venâncio, antigo militante da Fretilin que ofereceu, posteriormente, os seus serviços as autoridades indonésias. Como se sabe, no dia 10 de Junho de 1980, a Resistência intentou levar a efeito um ataque à cidade de Dili. Na altura, estavam de visita à cidade alguns cidadãos canadianos que logo se encarregaram de espalhar o facto aos quatro ventos do mundo. Por sua vez, as autoridades indonésias determinaram a imediata prisão de grande número de timorenses, em Dili, sobretudo os homens mais válidos que têm ousado denunciar, sempre que necessário, os excessos de alguns militares indonésios. Entretanto, da Austrália chega-nos a informação de que surgiu agora uma nova interpretação dos acontecimentos do dez de Junho, pretendendo ligá-la a uma manobra inteligente das autoridades de Dili para poderem formular motivos para afastar ou eliminar mais umas centenas de timorenses válidos.
- 3 - **ATAÚRO, LIRA E ALOR TRANSFORMARAM-SE EM "ILHAS-PRISÕES"** - Confirmando uma notícia divulgada no número 3 de "Informações", uma outra datada de 20/12/80 refere que não só na ilha de Ataúro mas também nas ilhas de Alor e Lira se encontram degredados muitos timorenses presos sem qualquer culpa formada, por simples suspeita. Como a ilha de Ataúro, as de Alor e Lira ficam situadas, defronte da cidade de Dili, separadas entre si por algumas milhas de distância. Estas duas ilhas, das quais a maior é a de Alor, pertenciam à Indonésia. Não se compreendem ainda muito bem as razões que levaram as autoridades indonésias a remeterem para estas ilhas os timorenses presos por não terem aceitado a integração, portanto, por razões meramente políticas, mas alguns observadores pretendem relacionar esses casos com um plano estabelecido para melhor diluir a identidade cultural do Povo timorense, o que certamente viola a letra e o espírito da Carta das Nações Unidas que cauciona a sobrevivência e o respeito pelas minorias étnicas e culturais.
- 4 - **O FLAGELO DA FOME CONTINUA A PAIRAR SOBRE TIMOR** - A fome mais negra continua a ceifar milhares de vidas em Timor, sem que as autoridades indonésias consigam debelá-la. Tal como a fome, a falta de medicamentos e as privações tornaram o espectro da morte um benefício que se deseja para libertar do sofrimento corpos mirrados e esqueléticos. Porém, mais do que a fome física corrói os corações e as almas a ansiedade que sente todo um Povo pela impotência que as organizações internacionais parecem demonstrar em resolver a questão pela base, reconhecendo finalmente aos Timorenses o direito de resolverem livremente o seu próprio futuro político.

5 - RAPARIGAS TIMORENSES VIOLADAS POR SOLDADOS INDONÉSIOS - No mês de Dezembro de 1980, cinco raparigas timorenses de 13 a 15 anos de idade foram abusadas e violadas por vários soldados indonésios, na região de REMEXIO, a 10 quilómetros de Dili. Posteriormente, abandonadas em completo estado de choque, as raparigas foram recolhidas e tratadas por uma organização religiosa, em Dili.

Por outro lado, sabe-se que tem causado uma surda reprovação por parte da população timorense a intenção já manifestada pelas autoridades indonésias de autorizar a abertura, em Dili, na zona de Culu-Hún, de "cabarets", onde serão "colocadas" "meninas" vindas de Jacarta e de outras ilhas indonésias.

6 - ABATIDO O "LIURAI" DE RAILACO - No dia 11 de Dezembro de 1980, apareceram, em DAMALETE, Railaco, povoação situada entre Dili e Ermera, alguns homens armados e vestindo fardamento do Exército indonésio. De imediato começaram a chamar pelos homens mais conhecidos da povoação, incluindo o chefe da povoação e o "liurai".

O "liurai" e os seus homens julgaram que se tratasse de soldados do batalhão indonésio ali instalado, pelo que saíram prontamente das suas casas. Mas, antes que soubessem na presença de quem estavam, foram recebidos com tiros. Desta acção resultou a morte do "liurai", do chefe da povoação e de mais três homens. Ao retirar-se o grupo levou consigo um rapaz instruído.

7 - PRESOS DE UMA SÓ VEZ 1.000 TIMORENSES DOS MAIS INSTRUÍDOS - No dia 7 de Dezembro de 1980,

a INTEL (polícia secreta da Indonésia) teria recebido uma carta escrita em inglês, aparentemente proveniente da Resistência, segundo se fez constar. O seu conteúdo teria provocado a mais viva e incontrolada reacção entre os elementos da INTEL que de imediato procederam à prisão sem quaisquer formalidades de cerca de 1.000 indivíduos, em Lospalos e Baucau.

Esses indivíduos, embora se tenha feito constar que tinham sido enviados para a cadeia de Dili, passados cerca de 15 dias depois, não tinham ainda chegado ao seu destino. Receai-se que tenham sido, antes, despachados para as ilhas de Ataúro, Lira e Alor ou mesmo que tenham sido sumariamente passados pelas balas. Sabe-se que os presos eram, sobretudo, pessoas instruídas, nomeadamente em Baucau, onde a acção atingiu antigos professores das escolas missionárias e ex-seminaristas.

Será que se está em presença de mais uma manobra das autoridades indonésias que terão decidido agora eliminar todos os timorenses mais cultos com o objectivo de melhor dominar o Povo de Timor, admitindo com simplismo que sem aqueles este estará totalmente à mercê? Após cerca de cinco anos de resistência em todas as frentes, bem nos parece que as raízes do nacionalismo timorense que se afirma em relação à poderosa Indonésia bebem em águas mais profundas. Por isso, em vez de o eliminar tão radicalmente, contrariando e violando os mais elementares direitos do Homem, conviria melhor às autoridades indonésias a sua preservação até para que a própria Indonésia possa honrar aqueles mesmos sagrados princípios, no seio da Comunidade Internacional.

A propósito, lançamos daqui um veemente apelo a todas as pessoas que conheçam os factos relacionados com a chamada "descolonização exemplar" de Timor e a consequente invasão das forças militares indonésias para que os denunciem. Qualquer outra atitude, neste momento, depois de se saber que já morreram entre 200.000 a 300.000 timorenses, é um acto de cumplicidade e igualmente criminoso e inqualificável que nem é justificável pelo argumento de que a denúncia só poderia contribuir para uma maior mortandade dos timorenses. Daqui em diante, todo o silêncio só poderá ser sinónimo de cobardia, traição e cumplicidade.

8 - TIMORENSES CHEGAM À AUSTRÁLIA - No âmbito do programa que o Governo de Camberra definiu para a entrada na Austrália de Refugiados de Timor, têm chegado àquele país numerosos timorenses procedentes de Jacarta, nomeadamente de etnia chinesa.

Sabe-se que, presentemente, se encontram na capital indonésia entre 500 a 600 timorenses na sua quase totalidade de etnia chinesa, aguardando oportunidade para adquirirem um bilhete de passagem por avião para Lisboa ou qualquer cidade australiana. Alguns há que ali se encontram há mais de um ano sem qualquer possibilidade de obterem passaporte de cidadão português, dado que as barreiras diplomáticas têm sido muitas e quase intransponíveis.

Em Lisboa, os competentes serviços do MNE que foram contactados apenas souberam esclarecer que o assunto é de difícil solução e foi entregue ao estudo e consideração do do Governo. Sendo evidente que o caso não é passível de tratamento isolado, não pode, todavia, protelar-se a definição de medidas diplomáticas concretas para a sua resolução. Seria oportuno que fosse aproveitada a próxima visita do Senhor 1º Ministro e do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda a Lisboa para se abordar em profundidade esta questão, especialmente sob o aspecto humanitário, uma vez que se reconhece ser de carácter urgente.

Entretanto, sabe-se que entre as pessoas recentemente chegadas à Austrália, se encontra também e felizmente o Meno Napoleão, filho do conhecido velho Napoleão. Surpreendentemente, porém, o Meno Napoleão tem andado, desde a sua chegada, a propalar entre os núcleos de timorenses que, no ano transacto, tudo estaria já preparado para a saída de todos os timorenses que quisessem fazê-lo. Segundo o Meno, quem tudo teria dificultado foi o Rev. Pe. Francisco Fernandes com as idas aos EUA, onde interveio na ONU e no Senado norteamericano. Recorde-se que nessas ocasiões o Rev. Pe. Francisco Fernandes cumpriu uma missão honrosa pela qual têm lutado as almas mais nobres, denunciando as violações contra os Direitos Humanos. Como timorense, o Rev. Pe. Fernandes fez o que todos os timorenses em todas as situações se deveriam sentir obrigados a fazer e colocou-se acima de qualquer crítica.

Por isso, de duas uma: ou o Meno não sabe o que diz ou faz simplesmente o jogo a alguém. No primeiro caso, esperamos bem que se cale de uma vez por todas para bem do nosso Povo, porque a sua saída se ficou a dever em grande parte também à presença do Rev. Pe. Francisco Fernandes na ONU e no Senado norteamericano. No segundo, esperamos que repense seriamente a sua posição e não queira contribuir com atitudes impensadas para tentar calar uma voz a quem os Timorenses muito devem e de quem muito têm ainda a esperar.

#### 9 - INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DOS REFUGIADOS DE TIMOR EM PORTUGAL - O conceitua- do Semanário

"Expresso" publicou, no seu número de 13/12/80, uma carta assinada por um tal senhor Luís Antunes que se permitiu tecer considerações totalmente inaceitáveis, e por isso se rejeitam, sobre a impossibilidade da integração dos Refugiados de Timor na sociedade portuguesa, para concluir que a melhor solução seria recambiá-los para Timor, onde a situação já se encontraria normalizada!

O autor da carta declara sem sombra para dúvidas que viveu longos anos em Timor e, por esse facto, julga-se suficientemente avalizado para emitir aquelas opiniões. Considerados os termos da carta e, sobretudo, as intenções venenosas de que se reveste, certos observadores aventam a hipótese de que o seu autor só poderá ter sido um tal senhor que, na verdade, esteve em Timor, foi simpatizante da Fretilin, colaborou na proclamação da dita RPDTL (República Popular Democrática de Timor Dili) e, antes do 25 de Abril, com cadastro conhecido. Este senhor, recentemente e felizmente chegado de Timor, não se sabe como nem porquê, tem deambulado por certos departamentos estatais, onde defende aquelas mesmas opiniões e, para mal dos timorenses, com certa audiência. Sabe-se mesmo que se terá encontrado com o Senhor Coronel Lemos Pires que foi o último Governador de Timor.

Quanto a nós, defendemos o contrário. Os timorenses, apesar de todas as naturais e reconhecidas dificuldades decorrentes de muitos factores, podem ser facilmente integrados na sociedade portuguesa, desde que para tanto seja elaborado um programa minimamente aceitável. Por isso, paralelamente às acções desenvolvidas para permitir a emigração para a Austrália, deveriam ser programadas formas de integração na sociedade portuguesa.

---

AMIGO: LÊ, DIVULGA E FAZ CHEGAR ÀS MÃOS DE TODOS OS TIMORENSES E AMIGOS DE TIMOR ESTE BOLETIM QUE É DE TODOS E PARA TODOS.

SE TENS DOCUMENTOS, NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES NÃO OS GUARDES SÓ PARA TI, ENVIA-NO-LOS PARA QUE, POR MEIO DE "INFORMAÇÕES", SEJAM DE MUITOS E POSSAM CONTRIBUIR PARA QUE SEJA CONHECIDO O SOFRIMENTO DO NOSSO POVO. OBRIGADO!